

PADRE CLÁUDIO PERANI: PROFETA É O POVO

Ivo Poletto (FMCJS)

Informações do artigo

Recebido em 07/06/2018

Aceito em 30/06/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p332-341

Resumo

Nesse breve artigo e depoimento, destaca-se a relação de fidelidade de Cláudio Perani à visão e ao método de trabalho que tem como base a sabedoria que cada pessoa, cada comunidade e cada povo possui. Sua reflexão de educador na relação como pastorais e movimentos sociais sempre questionou as tentações de direção centralizadora, colocando como desafios a acolhida à profecia popular e a atitude de caminhar com o povo. Esse é o seu maior testemunho e legado, iluminando as diferentes formas de articulação em que o autor esteve e continua ligado.

Palavras-Chave: Metodologias participativas. Articulação. Profecia.

Introdução

Conheci e partilhei sonhos e iniciativas com Cláudio desde os anos sessenta do século passado. Nasceu ali uma amizade que nem sua morte quase repentina conseguiu pôr fim. Ele anda comigo, continua um dos meus mestres. Sempre que me envolvo em algo novo, suas perguntas críticas e advertências se fazem presentes e me ajudam a perceber se continuo fiel aos compromissos assumidos para ser educador popular. Toda vez que se aprofundam as contradições sociopolíticas e me sinto tentado ao mau humor e ao desânimo, ouço sua voz estridente e seu sorriso quase irônico ainda me desafia: *você está esquecendo que os dominadores não terão a última palavra? Lembre-se que é junto com o povo empobrecido que está a chave da história, a permanente possibilidade de futuro.*

É assim, sem tirar nem pôr, inteiro e jovial, que Cláudio continua meu amigo. Sempre atento à realidade, lida criticamente a partir dos de baixo, da base da pirâmide, e sempre capaz de retomar os valores sobre os quais a esperança se mantém firme. Sempre aberto ao futuro, mas sempre com os pés no chão, como a lembrar que a paixão corajosa e radical de Jesus de Nazaré pela construção do Reino, obra divina e humana, se enraizava no dia a dia, na surpreendente capacidade de perceber a fé presente nas pessoas mais simples e pobres. Sua paixão pelo Reino dava sentido, iluminava a realidade, abria o coração para reconhecer a surpreendente presença de Deus nas pessoas, e abria sua inteligência para perceber onde e

em quem Deus não estava por causa do uso egoísta da liberdade, casada com interesses de riqueza e poder e não com a solidariedade e o amor.

Por outro lado, o amigo Cláudio é capaz de não me deixar enjaulado nos limites do tempo e do espaço. Estimulado pelo espírito sempre curioso do cientista e, ao mesmo tempo, pelo contemplativo teólogo Teilhard de Chardin, ele passou a vida inteira identificando onde e como estava avançando a cristificação da história natural e humana. Portanto, onde e como estava em ato o processo revolucionário de transformação constante de tudo, rumo ao Ômega, ao ponto de máxima humanização com o máximo de amorização, ao novo céu e nova terra.

Como sei e continua real tudo isso? É o que tentarei revelar no pequeno espaço deste artigo.

Parcerias da juventude

Destacarei duas, e os leitores podem imaginar quantos diálogos, inseguranças e criatividade foram necessários para viabilizá-las. Afinal, os anos 60 foram tempos de quase crença no desenvolvimentismo com reformas de base, e tempos em que, dentro desse movimento democratizante, reorganizaram-se as forças conservadoras, e elas, percebendo que não poderiam retomar o mando político via processos da democracia formal, não tiveram dúvida de chamar o Exército para impor uma ordem impopular, mas necessária para eles.

Havia sede, elaboração de propostas e pressões em favor da reforma de toda a educação, e como parte dela, a reforma do ensino universitário. Nada estranho, então, que os estudantes de filosofia e teologia que se preparavam para a missão presbiteral tivessem sede e lutassem por uma profunda reforma dos estudos de filosofia e teologia. Em seu favor, tinham também os movimentos renovadores que influenciavam e eram incentivados pelo Concílio Vaticano II.

Da mesma forma que na sociedade como um todo, também na Igreja Católica houve desconfianças e pouca disposição para as mudanças. Os responsáveis pelos centros de formação em filosofia e teologia viviam o que foi denunciado pelo jovial e saudoso Papa João XIII: estavam com as janelas fechadas, e tinham medo e sentiam necessidade de reprimir quem desejasse abri-las. O Papa insistia: abram as janelas, deixem o sol entrar; é preciso

aggiornare, isto é, colocar-se em dia com a história para nela interferir com a mensagem do Evangelho.

Foi o que procuramos fazer: saímos das casas de formação em que estávamos, buscamos outros grupos de estudantes religiosos que sentissem a mesma necessidade, e, a partir desses contatos e diálogos, foi tomada a decisão de se organizarem para pressionar em favor das mudanças. Nasceu o que foi denominado União dos Seminaristas Maiores do Sul, USMAS, e em seguida, para responder mais eficazmente à resistência institucional, essa União se ampliou, articulando seminaristas de diversos estados do país.

Foi nesse caminho de busca de atualização e renovação que, entre outras pessoas, encontrei com Cláudio Perani. E foi com ele e alguns de seus colegas jesuítas, junto com alguns estudantes capuchinhos e do nosso seminário que amadurecemos a ideia de promover semanas de estudo de temas novos como forma de nos adiantarmos ao que desejávamos como renovação estrutural. Foi assim que nasceram dois grandes encontros, abertos a estudantes de filosofia e teologia de outras congregações religiosas: um sobre o pensamento de Teilhard de Chardin, e outro sobre Teologia do Desenvolvimento.

Teilhard de Chardin ainda era um autor proibido. Mas havia especulações sobre a influência de suas pesquisas e pensamento na visão e até nos documentos publicados por João XXIII. De toda forma, nos debates conciliares, em que os dilemas europeus em relação à fé e ateísmo, fé e ciência, fé e política, eram centrais, é evidente que Teilhard foi trazido para o debate. Nesse contexto, a Semana Teilhard de Chardin só poderia ser realizada no ambiente relativamente autônomo dos jesuítas. Além disso, assim como Cláudio, outros colegas estavam elaborando seus trabalhos de encerramento do curso de teologia sobre Teilhard, e estavam em melhores condições para organizar o evento. Se bem lembro, a temática de Cláudio foi o processo de cristificação, a presença transformadora do Verbo de Deus, da Palavra criadora em todo o longo processo de evolução da Terra e dos seres vivos, infundindo-lhe uma dinâmica de mutação do mais simples ao mais complexo, do infra-humano ao humano, da biosfera para a noosfera. E este "alfa" é também o "ômega", que atrai a humanidade e toda a criação para ir sendo "novo céu e nova terra", com formas de vida cada vez mais próximas do Reino de Deus.

A temática Teologia do Desenvolvimento tinha tudo a ver, por um lado, com o que estava acontecendo na sociedade brasileira, mas foi espaço também para debates sobre o caráter estrutural do desenvolvimento, desvelando as contradições de uma sociedade com

uma economia assentada em bases capitalistas. Foi por isso, provavelmente, que as palestras do Padre Hugo Assmann, recém-chegado da Alemanha, onde havia aprofundado seus estudos sobre ética e moral, foram as mais polêmicas. Encarando o capitalismo de forma crítica, e fundamentando a percepção de que ele é estruturalmente explorador do trabalho humano, Ugo levantou a tese da revolução social como caminho de um verdadeiro desenvolvimento, e por isso, para os cristãos, a necessidade de aprofundar a temática do “etos revolucionário”: é legítima a decisão de implementar um processo revolucionário? Se é, como o cristão deve posicionar-se em relação a ela?

Retomando a história da Teologia da Libertação, é praticamente certo que estas palestras foram as primeiras contribuições em relação à dimensão da ética. E não será estranho que Hugo, ao perceber que não mais poderia continuar vivo se permanecesse no Brasil dominado pela ditadura militar, se dirija à América Central e contribua com o avanço da denominada teologia da economia, em que se aprofunda a temática da falsa ética capitalista, da transformação da economia capitalista em religião, em que são adorados ídolos cada vez mais violentos, até chegar aos que só se aplacam com sangue humano, como já havia destacado Karl Marx no “O Capital - a Crítica da Economia Política” ao falar da dominação e da alienação provocada pelo capitalismo dominado pelo capital financeiro.

Como conclusão dessas “parcerias da juventude”, vale destacar três aprendizados: Cláudio, eu e tantos outros que nos arriscamos dar esses passos quando jovens carregamos por toda a vida o gosto pelo estudo, pela reflexão crítica séria, pelo direito de buscar o conhecimento mesmo contra repressões institucionais reacionárias, preconceituosas; junto com isso, carregamos o compromisso de estar atentos ao novo renovador, às iniciativas e movimentos voltados a enfrentar o que produz divisão de classes, marginaliza, gera riqueza junto com mais pobreza; assumimos igualmente o compromisso de sermos críticos em relação às formas concretas de práticas eclesiais, buscando, com liberdade e autonomia, aprofundar as melhores relações históricas entre seguimento de Jesus de Nazaré e práticas pastorais, em que o estar com e caminhar com os pobres fosse o sinal visível de fidelidade.

A terra é de todos

Depois de alguns anos em territórios diferentes, Cláudio em Salvador e eu em Caxias do Sul, abrimos nova parceria em torno de duas necessidades: a articulação das pessoas e

grupos dedicados à educação e à pastoral popular, e a luta pela terra. Na verdade, a temática central será a da terra, já que a articulação se tornará uma estratégia de ação e de defesa através da Comissão Pastoral da Terra.

De toda forma, vale recordar que em 1974 realizamos juntos, em Salvador, o Encontro Nacional de Articulação, nascido da sugestão do “grupo não grupo” de bispos que haviam publicado três documentos marcantes sobre a realidade brasileira e a missão do cristianismo nela em 1973: “eu ouvi os clamores do povo”, de bispos e superiores religiosos do Nordeste; “marginalização de um povo – o grito das Igrejas”, de bispos do Centro Oeste; e “I-juca pirama – o índio, aquele que deve morrer”, de bispos e missionários participantes da pastoral indigenista. De fato, depois de impressionante efeito dos três textos, estes bispos decidiram que o passo a ser dado seria apoiar a realização de um encontro nacional dos ameaçados por atuarem em educação e pastoral popular, como aconteceu com toda a equipe pastoral da Prelazia de São Félix em 1972.

Uma das decisões deste Encontro foi organizar uma equipe encarregada de completar um mapeamento de pessoas e grupos envolvidos nessas práticas populares que desejassem articular-se com as que se haviam reunido em Salvador. Mas, no meio do caminho, dando-se conta que já existia o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, e que havia um movimento interno de redefinição da sua missão e de reorganização, a pergunta que se impôs foi: não seria melhor avançar na articulação por setores: os que atuam na realidade rural, os que atuam na realidade urbana? Como a resposta foi positiva, reconhecendo a diversidade e a complexidade do Brasil, os primeiros passos dados levaram à criação da Pastoral da Terra.

Cláudio e a equipe do CEAS, que já haviam ajudado no encontro de articulação, foram parceiros de primeira hora e qualidade no processo de geração da CPT. Os Cadernos do CEAS já eram ponto de referência para a reflexão crítica, e o CEAS já havia começado a publicar uma pesquisa sobre as relações de Aviação na Amazônia. Por esse motivo, a equipe que assumiu a organização do Seminário sobre Pastoral na Amazônia Legal decidiu convidar o CEAS, especialmente os padres Cláudio e Andrés, como assessoria. E foi aí que voltamos a atuar novamente juntos.

Deixando de lado o tanto que Cláudio nos ajudou a enfrentar conflitos, é indiscutível que se deve a essa assessoria o rumo que o processo tomou: propor a criação da pastoral da terra como iniciativa ao mesmo tempo ligada pastoralmente à CNBB e autônoma; ser articulação dos que trabalham pastoralmente com camponeses e um serviço para que as

dioceses assumam essa causa; ser um serviço aos diferentes tipos de camponeses, lutando com eles por seus direitos; ser iniciativa aberta, tanto na dimensão ecumênica, quanto na atuação junto às organizações sindicais; centrar forças na conquista da reforma agrária... E sempre priorizando o apoio a organizações autônomas e ao protagonismo dos empobrecidos.

Uma vez reconhecida pela CNBB com essas características, depois de meses de diálogo, fui convidado e, mesmo consciente dos riscos, aceitei ser, sozinho, o primeiro secretário executivo da CPT a partir do final de 1975. Durante os cinco anos em que exerci essa responsabilidade, e provavelmente mais ainda depois, quando permaneci na CPT como assessor, especialmente dedicado à formação, os diálogos com Cláudio se mantiveram constantes. E eram, muitas vezes, aparentemente tensos, já que havia diferentes pontos de vista. Digo aparentemente porque nunca resultaram em afastamento. Pelo contrário, como a paixão pelo povo era comum, e sempre inspirada em Jesus de Nazaré, as divergências nos levavam a aprofundar nossa compreensão da realidade e buscar luzes para definir com mais acertos as formas concretas de ação.

Cláudio nunca gostou muito das relações institucionais, fossem com a Igreja ou com o Estado. Como seguidamente os diálogos eram partilhados com o Pe. Andrés, e às vezes com outros membros da equipe, com certeza a forma de vida de andarilho e a compreensão da missão cristã de Andrés influenciou muito a visão de Cláudio. Não discordava deles em relação ao trabalho local, e em relação à metodologia de contato e apoio a organizações mais autônomas, mas colocava sobre a mesa a questão: como nos apoiaremos, se todos ficarmos imersos nas comunidades? Será importante, ou até necessário, termos ferramentas fundamentalmente a serviço da articulação e, a partir daí, da troca de práticas e busca de melhor metodologia? Mais ainda, não será importante haver quem cuide da entrada de novas pessoas, garantindo processos de formação para a ação com metodologias participativas?

Mesmo fiel a práticas concretas junto ao povo explorado e excluído de oportunidades, Cláudio nunca se negou assessorar assembleias e encontros de formação da CPT. Ele insistia que a pastoral da terra precisava ter clareza em relação à sua missão: estar ao lado, apoiar as lutas e reforçar as organizações dos camponeses, para que eles fossem os protagonistas na conquista, defesa e promoção dos seus direitos, incluído o direito à terra. Era preciso evitar a tentação de ser apenas um grupo de ação pastoral da igreja católica. Seu lugar permanente de atuação devia ser nas comunidades de peões, posseiros, assalariados rurais, pequenos

proprietários, sem-terra, enfrentando com eles os conflitos e aumentando sua capacidade de luta.

Ao pedirmos que nos ajudasse a aprofundar uma visão teológica em relação à forma de ser pastoral a terra, campo em que contribuiu imensamente o biblista beneditino Marcelo Barros, Cláudio nos provocava: já temos teologias suficientes; o que precisamos, agora, é ir ao encontro das pessoas em sua situação concreta e caminhar com elas. Ele estava, de certa forma, retomando a introdução dos documentos da Conferência Episcopal Latino-americana de Bispos realizada em Medellín, Colômbia, em que se insistia que, sem deixar de ser um tempo de reflexão, este é primordialmente um tempo de ação.

Fechando esse novo tempo de convivência, parceria e busca de caminhos, vale destacar a profunda e segura fé que Cláudio tenha de que a melhor forma de relacionar-nos com Deus, de ouvir a sua voz, de renovarmos a missão e de caminhar na direção do Reino de Deus era estar com, escutar, buscar caminhos através do diálogo com os empobrecidos, em seu caso e no meu, com os explorados e deserdados do campo. Sua contribuição à reflexão sobre a missão da igreja, de excelente qualidade teológica, teve sempre como *lugar teológico* a vida e as iniciativas dos setores populares marginalizados. E seu mestre nesse caminho foi sempre Jesus de Nazaré.

Pela vida da Amazônia e seus povos

A mais recente mediação de nossos diálogos tem sido a Amazônia. Quando Pe. Cláudio foi trabalhar na Amazônia e assumiu responsabilidade em relação aos colegas da região, em 1995, eu havia iniciado minha colaboração com a Cáritas Brasileira, e raramente nos comunicamos. Mesmo assim, ao aceitar o convite para assessorar a organização de um grande encontro da Igreja na Amazônia, com o objetivo de celebrar os 40 anos do Encontro de Santarém e de atualizar os compromissos assumidos logo depois da Conferência dos Bispos da América Latina em Medellín, foi a oportunidade para retomarmos nosso diálogo. Evidentemente, a temática central foi sobre a missão da igreja na Amazônia.

Com o objetivo de conhecer melhor a realidade da região e seus povos, e de possibilitar que a Igreja refletisse sobre sua missão a partir da escuta, para estar a seu serviço, o Encontro foi dividido em duas partes. A primeira, aberta ao público, consistiu num Seminário sobre a realidade social e religiosa, com assessorias qualificadas locais e de âmbito

nacional. A segunda foi especificamente uma assembleia eclesial, com representantes dos regionais da CNBB existentes na região. É claro que o ponto de partida dessa assembleia foram as reflexões elaboradas no seminário que a precedeu.

O título do documento final, "A Igreja arma sua tenda na Amazônia", indica claramente que as opções eclesiais procuravam ser resposta aos apelos dos povos amazônidas. Não se tratava mais de uma igreja que chega, que vem de fora, e sim uma igreja que deseja ser amazônida com os povos amazônidas, com rosto amazônico.

Mesmo se nos debates e no documento estão explicitadas críticas à forma eclesiástica de presença, Cláudio não estava satisfeito. Para ele, era preciso descobrir formas mais adequadas de presença e de serviço aos povos. Foi com esse objetivo que ele provocou o processo de criação do SARES, um centro de pesquisa e assessoria inspirado no CEAS, que ele havia ajudado a criar no final dos anos 60 em Salvador, Bahia, mas com cara, ritmo e objetivos encarnados na realidade amazônica. Ele desejava que os irmãos jesuítas encontrassem uma forma eficaz de "armar a tenda na Amazônia".

Apoiei com entusiasmo a criação do SARES. Havia carência de pesquisas e de assessorias qualificadas para os trabalhos das pastorais e movimentos sociais. Isso foi sentido desde a criação das CPTs da região a partir de 1976. Para contar com dados e visão crítica em relação aos processos que levaram a Amazônia brasileira às mudanças operadas a partir dos anos 70 e 80, praticamente só se contava com assessoria do Pe. Hebette, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, da Universidade Federal de Belém, PA.

Fiel às suas opções, desde sua chegada Cláudio foi ao encontro das pessoas e famílias que viviam nas beiras dos córregos de Manaus, em palafitas. Essa realidade revelava diretamente que não havia lugar para muitas pessoas nesta cidade, e por isso elas mereciam sua atenção especial. E essa atenção não era dada pelas paróquias. Era preciso criar outras formas de presença e serviço.

Com sua inspiração, os primeiros passos das, hoje, Equipes Itinerantes, foram dados em 1997, e será no ano dois mil que a Equipe estabeleceu sua referência numa casa de palafitas. Como Jesus, os e as itinerantes chegam sem carregar missões institucionalizadas, e isso possibilita viver junto com as comunidades visitadas, conhecer sua realidade e iniciativas, escutar seus apelos e, quando possível, estimular novas iniciativas, melhorando as condições de vida.

Quando Cláudio advertia dos riscos das iniciativas sociais, e mesmo eclesiais, centrarem suas práticas ou em perspectivas econômicas ou políticas, era o “mestre povo” que o movia. Para ele, ou povo, diferente em cada realidade e tempo, era e se tornava cada dia mais o protagonista das práticas de sua libertação, ou as organizações sociais não teriam base sólida. E na perspectiva do seguimento de Jesus, mais ainda era indispensável esse protagonismo dos empobrecidos.

Por isso, quando aceitei participar da Equipe de Educação Cidadã, em 2003 e 2004, a quem cabia, numa relação direta com o presidente Lula através de Fr. Betto, mobilizar a sociedade brasileira em favor do Programa Fome Zero, um programa que devia ser a cara do novo governo, Cláudio foi educador ao me questionar: haverá condições para o povo ser protagonista da superação da fome a partir de um programa que vem de cima, com o peso e os recursos do governo federal? Mas ele próprio, angustiado com tantas e absurdas situações de miséria que encontrava em suas itinerâncias, ficava dividido entre como aproveitar a oportunidade aberta com essa eleição de um trabalhador, tentando fazer um trabalho com algo da educação popular, e manter-se firme nos processos de construção do poder libertador do próprio povo submetido à pobreza e à miséria.

Esse questionamento me levou a agir com firmeza, junto aos colegas da equipe, no sentido de elaborar materiais de apoio e desenvolver atividades nas bases do Fome Zero tendo sempre presente as intuições e a prática da educação popular libertadora. Ele certamente me ajudou a tomar a decisão de sair do Programa quando foi modificado em sua inspiração básica, no início de 2004, sendo reduzido a um programa de distribuição de poucos recursos aos miseráveis sem praticamente nenhuma prática de educação e mobilização social. A decisão foi, ao mesmo tempo, uma atitude crítica em relação à prática de alianças com partidos que não passavam de ferramenta de luta em favor da manutenção e ampliação dos privilégios das oligarquias tradicionais, com inimigos dos direitos e das propostas populares de mudança, e o retorno à militância junto às pastorais e movimentos sociais que atuam em favor do protagonismo dos oprimidos por sua libertação.

De toda maneira, desde os diálogos no tempo em que assessoriei a CPT e a Cáritas, e mais ainda quando lutei pelo Fome Zero, aprendi de Cláudio a pensar a Amazônia a partir dos povos e comunidades dos Amazônidas. Já nos preocupávamos profundamente com as agressões do projeto ainda colonial, vindo de Brasília, do Sul/Sudeste do país ou de centros econômicos globais, sobre a natureza e os povos d região. Percebíamos juntos as urgências,

e isso nos ajudava a agir, mesmo estando em campos distintos de atuação, em favor da prioridade de que a verdadeira libertação só é conquistada pelo próprio povo, pelos povos, no caso da Amazônia. Foi certamente isso que me levou, e ainda me leva, a centrar a colaboração do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, em que atuo desde 2010, logo depois que Cláudio nos deixou, na promoção da Convivência com a Amazônia.

Conclusão

Ao participar e contribuir na caminhada que levou à criação do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS) já não podia contar com diálogo direto com Cláudio, já que ele partiu quase inesperadamente. Mas, como afirmei no começo desse artigo, ele continuou um dos meus mestres, ajudando-me a dar os passos que a realidade torna possíveis sem esquecer que eles só terão sentido histórico se consolidarem o protagonismo popular. Ao colaborar para que, já em 2005, a Assembleia Popular, nascida da Semana Social Brasileira, avançasse na explicitação do “Brasil que a gente quer” tendo presente os diferentes biomas em que os povos vivem, a preocupação foi que a consciência dos povos e das organizações que estão ao seu serviço tivessem presente que tudo que se faz provoca respostas diferentes por parte da natureza. São respostas que a natureza dá a partir das diferentes características de cada bioma. Isso ajudava a criticar com maior profundidade as agressões das iniciativas dominantes, mas alertava que também nas iniciativas populares precisamos ter com em conta a necessidade de diálogo com os biomas.

Em outras palavras, não existe um “povo” ou uma “comunidade” em abstrato, iguais em todas as realidades do Planeta. Até os povos são diferentes por viverem em diferentes berços de vida, em diferentes biomas. Ter presente essa dimensão da realidade tem tudo a ver com a educação popular. Trata-se de partir dos diferentes povos que vivem em biomas com possibilidades e limites diferentes; com experiências históricas e culturais diferentes; com desafios e com práticas de construção das condições de vida igualmente diferentes.

Ao ir incorporando mais uma dimensão constitutiva da realidade atual, a do processo de aquecimento global e das mudanças climáticas provocados por ele, mais uma vez as consequências desse processo são percebidas e interferem na vida cotidiana e nas iniciativas populares de forma diferente em cada bioma. Apenas para exemplificar, seria superficial e

até irresponsável achar que os efeitos desse processo seriam iguais na Caatinga e na Amazônia, ou no Cerrado.

Por isso, ao assumir a assessoria e apoio à coordenação nacional do Fórum MCJS, procurei contribuir no sentido de trabalhar a temática das Mudanças Climáticas a partir de cada bioma e a partir das percepções populares em relação a elas. Se elas já se dão conta, andam preocupadas, certamente a reflexão crítica pode contribuir para que percebam o que está causando essas mudanças em relação ao que era a natureza, o ambiente de vida em que estavam acostumados a viver e conviver. E ao se darem conta de que são mudanças causadas por causa das agressões da economia e das políticas que promovem o crescimento econômico a qualquer custo, isso vai sendo incorporado como novo desafio a ser enfrentado. Não só. Podem dar-se conta também que novas práticas populares devem ser realizadas, colaborando com a Terra no enfrentamento dos desequilíbrios que alguns seres humanos provocaram e continuam agravando.

Faz parte desse novo tempo de atuação com um diálogo indireto com Cláudio a decisão de provocar um processo de articulação de pastorais e movimentos sociais amazônicos em favor da estratégia de “convivência com a Amazônia”. Inspirados e provocados pelos avanços construídos na Caatinga com as iniciativas de promoção da Convivência com o Semiárido brasileiro, e percebendo que a política econômica dominante continua colonial, foi decidido tentar uma articulação em favor de iniciativas adequadas ao bioma, que devem ser base para a “Amazônia que a gente quer”, e para isso foi criada a ARCA – Articulação pela Convivência com a Amazônia.

Trata-se de um processo em construção. A gestação da Rede Eclesial Panamazônica (REPAM) levou as entidades ligadas à ARCA a decidirem atuar nos espaços daquela rede, evitando duplicidades de trabalho numa região em que há poucas pessoas para muitas iniciativas. De toda forma, será fundamental que a REPAM examine quanto e como está contribuindo com o processo de convivência com a Amazônia, porque sem isso não haverá crescimento do protagonismo popular; e sem esse protagonismo, não será nem a igreja, nem outro tipo de instituição, que garantirá que a Amazônia continue existindo e sendo a fonte de água para ela própria e para os demais biomas do Brasil e da América do Sul.

Dados do autor

Ivo Poletto (FMCJS)

Filósofo, Cientista Social e Teólogo. Atualmente é assessor nacional do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social – FMCJS.